

INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR: DEMANDAS E POSSIBILIDADES

INTERVENTIONS OF THE SCHOOL PSYCHOLOGIST: DEMANDS AND POSSIBILITIES

ANA CLAUDIA TÓFOLI DE ARAÚJO **MASSON**^{1*}, FLÁVIO AUGUSTO FERREIRA DE **OLIVEIRA**²

1. Acadêmica do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Ingá; 2. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Docente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Ingá.

* Rua Wilson de Lima Lemos, 1005, Centro, Lobato, Paraná, Brasil. CEP: 86790000. anatofoli@hotmail.com

Recebido em 08/09/2015. Aceito para publicação em 14/12/2015

RESUMO

Este artigo trata-se de uma pesquisa teórica com o objetivo de apresentar, de forma sintetizada, as diversas possibilidades de atuação do psicólogo escolar, bem como apontar as principais demandas por este profissional no âmbito escolar. Diante deste propósito, se faz necessário um estudo amparado na perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural, entendendo a relação entre a Psicologia e a área da Educação no Brasil, com vistas à inclusão do psicólogo neste campo de atuação. Busca-se compreender a especificidade da Psicologia Escolar considerando-a como um âmbito profissional no qual o psicólogo pode atuar sob a dimensão psicoeducativa, isto é, baseando-se em fundamentos teóricos da Psicologia Educacional, o que possibilita a compreensão da escola e das relações que aí se estabelecem. Discutem-se, ainda, os principais fatores que envolvem tal área profissional, além das possibilidades de intervenção neste âmbito, com base em aspectos pedagógicos e mudanças qualitativas no processo de ensino-aprendizagem. Enfim, tal pesquisa se faz importante na medida em que visa contribuir para uma educação de qualidade, bem como pela necessidade de que Psicologia se consolide como uma prática integrante do Sistema Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar, Educação, atuação do psicólogo.

ABSTRACT

This article is a theoretical research with the objective of presenting, in a synthesized form, the various possibilities of practices of the school psychologist, as well as pointing out the main demands by this professional within the school. In this regard, it is necessary a study grounded in the theoretical perspective of historical Psychology, understanding the relationship between Psychology and the field of Education in Brazil, with a view to the inclusion of the psychologist in this field of activity. It seeks to understand the specificity of School Psychology as a professional context in which the psychologist can act under the educational dimension, that is, based on theoretical foundations of Educational Psychology, which enables the understanding of the school and the relationships that are established. Discuss the main factors that involve such profes-

sional area, in addition to the possibilities for intervention in this context based on pedagogical aspects and qualitative changes in the teaching-learning process. Finally, this research is important as far as it seeks to contribute to a quality education, as well as by the need of that Psychology is consolidated as a practice form an integral part of the School System.

KEYWORDS: School Psychology, Education, work of the psychologist.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Piletti & Rossato (2011)¹, a criança se utiliza de técnicas culturais que contribuem para o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, principalmente em sua fase escolar. Desta forma, identifica-se a importância da função da escola em colaborar com a criança na apropriação desses elementos culturais em seu processo de desenvolvimento, que é caracterizado por crises e rupturas provocadas por contradições entre o modo como vive em determinado momento e, ao mesmo tempo, as possibilidades de superação já existentes.

Portanto, considerando a importância do contexto escolar na formação e desenvolvimento do ser humano, este trabalho enfatiza a participação do psicólogo nos processos educativos, os quais, segundo Saviani (2005)², são caracterizados pela identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos, para que se tornem humanos e, simultaneamente, pela descoberta das formas mais adequadas para se atingir esse objetivo, compondo, dessa maneira, o objeto ou a finalidade da educação. A partir disso, será possível correlacionar o propósito da Psicologia Escolar para a otimização dos processos educativos, entendidos por Martinez (2010)³ como o complexo processo de transmissão cultural e como um espaço de desenvolvimento da subjetividade.

Com efeito, no contexto escolar, o psicólogo pode contribuir na qualificação dos profissionais da educação como também realizar trabalhos preventivos através de estratégias que permitam uma melhor compreensão da

dimensão subjetiva dos alunos, as quais, segundo Martinez (2010)³, são formas de atuação tradicionais da Psicologia, todavia, associadas a um olhar mais moderno e amplo quanto à dimensão psicoeducativa no âmbito escolar.

Nesse sentido, se faz necessário um levantamento das necessidades de intervenção do psicólogo, bem como das possíveis estratégias utilizadas no contexto escolar, de modo que, nos tópicos a seguir, serão traçados alguns apontamentos teóricos sobre a relação da Psicologia com a Educação e das práticas do psicólogo neste campo de atuação, visando identificar as principais formas de intervenção e incitar à produção científica nesse âmbito.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste artigo, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Conforme aponta Gil (2002, p. 43)¹⁴ “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dessa maneira, os dados presentes foram obtidos através de artigos científicos disponíveis em bancos de dados *online* como Scielo, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado já publicadas sobre o tema, assim como livros de autores que se baseiam em uma perspectiva crítica da Psicologia Educacional e Escolar, especialmente segundo o Materialismo Histórico e a Psicologia Histórico-Cultural.

Nesse sentido, este estudo delimita-se à pesquisa do tipo descritiva, que de acordo com Gil (2002)¹⁴ tem por objetivo estudar as características de um grupo (sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde etc.), não estando propriamente interessada em descobrir as causas dos fenômenos, mas apenas suas características.

Para finalizar, com relação à natureza dos dados da pesquisa, a mesma é qualitativa, a qual, segundo Martins e Bicudo (1989, p. 23)¹⁵, “[...] busca uma compreensão particular daquilo que estuda”. Portanto, a abordagem qualitativa não se preocupa com a generalização do conhecimento, pois o foco da atenção “[...] é centralizar no específico, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”.

3. DESENVOLVIMENTO

A relação entre Psicologia e Educação no Brasil

Antunes (2008)⁴ afirma que a relação entre Psicologia e Educação é um fato que acompanha a história de ambas as ciências, constituindo-se assim como um complexo e extenso campo de estudo, levando em conta suas mediações com as teorias do conhecimento e as relações históricas que as duas áreas mantêm desde seu surgimento. No Brasil, a prática exercida por psicólogos em instituições educacionais, conforme Cunha *et al.*

(1997)⁵, se iniciou de fato a partir do Movimento da Escola Nova e da Medicina de concepção higienista. Afirma a autora que a Psicologia, como instrumento aplicado às práticas educacionais, surge no final do século XIX, quando educadores e cientistas do comportamento iniciam seus trabalhos de classificação de crianças com dificuldades escolares e começam a propor métodos diferenciados de educação para adaptarem esta população aos padrões socioeconômicos da época.

Assim, é destacado por Antunes (2008)⁴ que, neste período, algumas ideias psicológicas vinculadas à educação foram introduzidas em outras áreas de conhecimento e de forma institucionalizada. Como exemplo disso, Cunha *et al.* (1997)⁵ cita o surgimento da Psicologia brasileira no contexto educacional como uma área de conhecimento instituído, a partir da criação dos primeiros cursos superiores no Brasil, os quais eram exclusivos aos filhos das famílias favorecidas pelo poder. A autora afirma que os trabalhos realizados por médicos nas primeiras faculdades de Medicina deram origem à produção de um conhecimento psicológico acadêmico que, posteriormente, evoluiu, a partir de argumentos filosóficos, para uma metodologia experimental, privilegiando a formação intelectual de uma elite econômica.

A partir dos estudos de Francis Galton (1822-1911) na Inglaterra, os quais acabaram por dar base a interpretações racistas e eugenistas, realizaram-se diversos trabalhos com o objetivo de medir a capacidade intelectual dos indivíduos e como forma de comprovar a hereditariedade das aptidões humanas, possibilitando assim a seleção dos “mais capazes” e um suposto aprimoramento da espécie humana⁶.

Para Cunha *et al.* (1997)⁵, os trabalhos de Galton se constituíram em um importante marco da Psicologia ligada à Educação, tendo em vista sua criação de instrumentos para mensurar diversos aspectos da inteligência e da aprendizagem. Ela destaca como colaboradores deste processo os psicometristas franceses Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961), que criaram instrumentos para detecção de necessidades específicas em crianças escolares.

Dessa forma, no que diz respeito à realidade brasileira, a autora apresenta alguns dados educacionais pertencentes à época da Independência do país (1822), os quais tinham bases e dogmas religiosos,

[...] trata-se, enfim, de uma nação que teve sua cultura forjada pela educação jesuítica, originária de uma Igreja que pregava a contrarreforma, avessa ao modo de pensar científico da renascença europeia. Os educadores que, enviados ao Brasil com missão evangelizadora catequista e domesticadora, paulatinamente foram se responsabilizando pela educação das elites⁵.

Mediante as transformações sociais e culturais ocorridas no final do Império (1889), vai surgindo um homem brasileiro com maior apropriação de estudos, buscando se assemelhar ao homem europeu. Conforme Cu-

nha *et al.* (1997)⁵, estas mudanças ocorrem juntamente com o aparecimento das indústrias, quando surge uma expansão do pensamento liberal presente na sociedade burguesa europeia, trazendo à sociedade brasileira a possibilidade de uma educação institucionalizada nas escolas, para se concretizar o princípio da igualdade de oportunidades.

Neste sentido, a autora aponta que, a partir de uma forma diferenciada de pensar a sociedade, considerando um modo liberal democrático de concebê-la, objetivava-se uma minimização dos efeitos causados pelos movimentos populares da época, que já apontavam para a República, sendo a educação transmitida pela escola.

Antunes (2008)⁴ destaca que é neste cenário que a Psicologia passa a ser necessária, em virtude da formação de um “novo homem”, e começa a influenciar no campo da Pedagogia, algo que ocorre em meados do século XIX, onde foi possível constatar a inclusão de conceitos que, futuramente, viriam a ser incorporados como objetos próprios da Psicologia Educacional, como aprendizagem e desenvolvimento, os quais já vinham sendo estudados por outros campos do conhecimento, e também o conceito de inteligência, que se tornaria próprio da Psicologia expressa no século XX.

Segundo Lima (2005)⁶, logo no início do século XX surge o Movimento de Higiene Mental, com objetivos relacionados à orientação, assistência, pesquisa e especialização de profissionais em desajustamentos infantis, exigindo do profissional da Psicologia que se adiantasse diante dos problemas, cuidando do bem-estar social e individual na nação.

A partir de então, psicólogos e educadores passaram a se preocupar não somente com as dificuldades intelectuais que afetavam a aprendizagem dos escolares, mas também com as perturbações emocionais que se refletiam no processo de escolarização de crianças e adolescentes. Através de estudos sobre as doenças emocionais, adaptados à sociedade da época e realizados com base naquilo que se acreditava como sendo padrão de normalidade, a psicanálise se fez presente nas especialidades de Psicologia Clínica e Educacional, utilizando-se do modelo médico (diagnóstico e prescrição) para atuação no atendimento individual a estudantes, contribuindo com seus recursos terapêuticos para uma melhor compreensão dos possíveis desajustes emocionais dos alunos⁵.

O Movimento de Higiene Mental introduziu a Psicologia aplicada à Educação e, logo após a Segunda Guerra Mundial (1945), foram criados diversos manuais dirigidos a pais, professores e pediatras, baseados na Psicologia normatizadora, tendo em vista as dificuldades percebidas nas escolas, nos lares e nos consultórios médicos. Cunha *et al.* (1997)⁵ destaca que estes manuais vulgarizavam os conhecimentos construídos cientificamente e favoreciam sua apropriação pela sociedade, tomando

como concretos e indiscutíveis os conceitos psicológicos sobre indivíduos abstratos.

A partir de trabalhos de Psicologia Aplicada desenvolvidos no Instituto de Higiene de São Paulo, em 1938 origina-se a Seção de Higiene Mental, onde equipes multidisciplinares formadas por médicos, psiquiatras, educadores, neurologistas e especialistas em psicologia eram orientados no atendimento aos “casos-problema” encaminhados pelas escolas públicas, incluindo orientação aos familiares e à escola, mas tendo como foco o aluno. Estes atendimentos psicológicos eram realizados ou orientados por médicos “e a ênfase na abordagem era colocada nos desvios de conduta e nos estudos experimentais dos processos cognitivos, perceptivos e sensoriais”⁵.

Com a expansão industrial, a educação tornou-se fundamental para a qualificação da mão de obra necessária ao novo mercado, cada vez mais adequado aos moldes capitalistas, sendo vista como uma estratégia de controle das massas populares que se dirigiam aos grandes centros. Nesse contexto, surge no Brasil, mediado por Lourenço Filho e Anísio Teixeira, o Movimento da Escola Nova,

[...] o escolanovismo baseava-se no mito das igualdades de oportunidades, no papel da educação em oferecer condições para que cada indivíduo na sociedade pudesse desenvolver suas potencialidades, beneficiando, assim, a harmonia dessa sociedade, neutralizando eventuais desordens⁵.

Antunes (2008)⁴ afirma que, nesse momento, surgia um novo projeto de sociedade, o qual exigia mudanças radicais da estrutura e superestrutura social, de modo que seria necessário um “novo homem”, cabendo à educação empenhar-se em sua formação. Segundo Lima (2005)⁶, “era necessário que as crianças fossem qualificadas para se conquistar o ideário do Estado Novo de industrialização”.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, após a Revolução de 1930, e a consolidação do modelo capitalista brasileiro, surge a democratização do ensino como resposta à necessidade das classes populares integradas no processo de industrialização do país. Assim, Cunha *et al.* (1997)⁵ aponta que surgiram os Serviços de Orientação Profissional visando ao aumento da produtividade industrial e acadêmica, através da busca de perfis humanos adequados às necessidades da burguesia industrial, o que fez com que a Psicologia ganhasse ainda mais espaço, não somente no ambiente escolar, mas em todo o cenário nacional.

A partir da Lei 4.119 de 1962, a Psicologia foi legalizada como uma profissão e, a partir da formação acadêmica dos profissionais desta área, se define a identidade da Psicologia brasileira, com base em debates interdisciplinares e metodológicos. Cunha *et al.* (1997)⁵ ressalta que, já na década seguinte, a Psicologia brasilei-

ra passou a abordar questões relacionadas aos problemas educacionais sob uma perspectiva social, por meio de propostas de cunho assistencial aos estudantes. A partir das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos das classes sociais menos favorecidas, surgem os Programas de Educação Compensatória, os quais defendiam a excludente ideia de que as crianças de camadas mais populares da sociedade, sem recursos financeiros, não possuíam as mesmas aptidões para o aprendizado que as de classes privilegiadas, necessitando de recursos diferenciados para que o processo de aprendizado fosse satisfatório⁶.

Segundo afirma Patto (1983)⁷, neste período, a pesquisa educacional contribuiu para a propagação de uma imagem negativa da criança de “classe baixa”, culpabilizando-a pelas dificuldades de aprendizagem e por supostas deficiências e problemas de desenvolvimento.

Conforme explica Cunha *et al.* (1997)⁵, até esse momento, a Psicologia Escolar se caracterizava pela “psicologização” das questões educativas, baseada em práticas individuais e ajustatórias, enfatizando os processos de aprendizagem e procedimentos remediativos. Logo, de acordo com Lima (2005)⁶, na década de 1980 inicia-se um movimento de análise crítica da atuação do psicólogo escolar, no qual os problemas de aprendizagem passaram a ser considerados como um fenômeno complexo, organizado socialmente e sujeito aos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais.

A realização de alguns encontros de Psicologia na área da Educação, envolvendo o Conselho Regional de Psicologia e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, foram eventos marcantes para que os profissionais da Psicologia pudessem debater assuntos relacionados a esta área do conhecimento e suas interfaces com os processos educativos, destacando os diversos modelos de atuação do psicólogo escolar⁵.

Assim, por incentivo da Emenda Calmon, regulamentada pela Lei n.º 7.348 de 1985, no Município de São Paulo, alguns psicólogos se inseriram nas redes públicas de ensino, trabalhando na educação infantil ao lado de professores e outros profissionais, o que serviu de modelo a todo o país no que se refere à necessidade e importância do psicólogo no âmbito escolar⁵.

Com base nisso, Lima (2005)⁶ afirma que a Psicologia sempre esteve presente na Educação em diferentes momentos históricos, inclusive fazendo trabalhos que naturalizavam problemáticas sociais amplas que atingiam as escolas, determinando critérios para a classificação de crianças que não se adaptavam aos padrões ideais estabelecidos pela classe social dominante. No entanto, cabe aqui uma análise crítica de tal forma de atuação do psicólogo no contexto escolar, tendo em vista primar por práticas que se dediquem a um enfoque ético nesse âmbito profissional.

Com efeito, os tópicos a seguir trazem reflexões so-

bre as definições de Psicologia Escolar e as funções do psicólogo nessa área de atuação, apresentando algumas de suas principais características na atualidade e levando em consideração a relação estabelecida entre escola, professor e aluno.

Psicologia Escolar e funções do psicólogo

Quanto à especificidade da Psicologia Escolar, Martinez (2009)⁸ aponta dois elementos para definir tal subárea e distingui-la de outros ramos da Psicologia: 1) sua contribuição para a otimização dos processos educativos dentro do contexto escolar, incluindo fatores inerentes a este; e 2) os lócus de atuação que se constitui pelas diferentes esferas do sistema educativo, neste caso, em especial, a instituição escolar.

Nesse sentido, é necessário entender a relação e as diferenças existentes entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Educacional, pois uma não pode reduzir-se à outra. Assim, se define Psicologia Escolar como o campo de atuação profissional onde se possibilita a intervenção no espaço escolar ou a ele relacionado, tendo como foco o fenômeno psicológico a partir de saberes produzidos pela Psicologia da Educação e por outras subáreas afins. Já a Psicologia Educacional se define por ser um campo de conhecimento que tem por finalidade a produção de saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo⁴.

Dentro dessa proposta, sendo o psicólogo o detentor dos saberes psicológicos no processo educativo, precisa compreender os problemas apresentados pela escola no sentido de saber como agir profissionalmente sobre eles⁵, na tentativa de desmitificar a prática clínica de atendimento individual que, por vezes, é transferida para o âmbito escolar. Assim:

[...] esta transferência simplificada de práticas individualizadas de consultório para a escola pública não é apenas uma questão técnica, ligada ao espaço onde está sendo exercida a ação; parece tratar-se muito mais da compreensão que o psicólogo tem sobre os problemas que as escolas estão apresentando para este profissional. Trata-se, portanto, da concepção que o profissional da Psicologia tem sobre a educação, ponto de partida para a tomada de decisões sobre como atuar nesse contexto⁵.

Frente a isso, pode-se dizer que a Psicologia Escolar frequentemente se associa ao diagnóstico e ao atendimento a crianças que, supostamente, apresentam problemas emocionais e comportamentais, como também à orientação a pais e professores que se relacionam com essas crianças. Segundo Martinez (2010)³, tal situação se apresenta diante do impacto do modelo clínico-terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil, como representação social dominante sobre a atividade desse profissional:

[...] essencialmente, o psicólogo escolar é um profissional que utiliza os conhecimentos produzidos sobre o funcionamento psicológico humano para colabo-

rar com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que têm lugar no contexto escolar, tendo em conta a complexa teia de elementos e dimensões que nos caracterizam e que, de alguma forma, nos determinam³.

Sobre a afirmação da autora, pode-se concluir que o psicólogo atua diante das necessidades da escola considerando, em grande parte, o conteúdo teórico adquirido em sua formação acadêmica. Ela salienta que existem duas formas de atuação do psicólogo escolar: a tradicional, a qual pode ser considerada com uma história já consolidada; e a emergente, que apresenta uma configuração relativamente recente. Dentre as formas tradicionais, que se caracterizam por estarem associadas à dimensão psicoeducativa do contexto escolar, se apresentam problemas concretos, os quais se relacionam com o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, e que precisam ser resolvidos no cotidiano da escola. Já as formas emergentes de atuação, as quais se apresentam de forma implícita, estão relacionadas ao trabalho do psicólogo escolar na dimensão psicossocial, porém, exigem uma posição ativa e criativa do psicólogo para poder identificá-las e, assim, intervir para gerar mudanças significativas nos espaços educativos concretos⁸. Segundo Martinez (2010)³, estas formas de atuação do psicólogo, principalmente a emergente, pode favorecer a escola a partir de mudanças positivas e qualitativas nesse âmbito.

Para Vokoy & Pedroza (2005)⁹, a atuação do psicólogo vem sendo discutida a partir do surgimento de diferentes demandas das instituições sociais, dentre as quais destacamos a escolar, fazendo este profissional repensar seu modo de atuação, buscando novas perspectivas para sua intervenção e adaptando-se aos novos contextos, conforme as limitações das próprias instituições:

[...] propõe-se a construção de uma intensa interação entre os diversos saberes que possam contribuir para a compreensão dos fenômenos escolares, criando e desenvolvendo um espaço interdisciplinar, em especial, entre a Psicologia e a Pedagogia⁹.

A partir das ideias dos autores, pode-se definir como um modo adequado de se intervir na escola um trabalho em conjunto do psicólogo escolar com a equipe pedagógica, visando alcançar os objetivos da instituição face às necessidades. Nessa mesma perspectiva, Oliveira e Araújo (2009, p. 658)¹⁰, afirmam que:

[...] a Psicologia escolar, enquanto campo de produção científica e de atuação profissional do psicólogo, caracteriza-se pela inserção da Psicologia no contexto escolar com o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento, da aprendizagem e da relação entre esses dois processos¹⁰.

Assim, Sayão & Guarido (1997 apud Vokoy & Pedroza, 2005)⁹ apontam a necessidade de se mudar o foco de atuação do psicólogo escolar para que não se restrinja à orientação psicológica em relação às crianças, e sim

envolvendo os aspectos da relação entre a equipe e educadores, com o objetivo de minimizar os conflitos, as insatisfações e as contradições pertinentes às práticas escolares.

Conforme aponta Vokoy & Pedroza (2005)⁹, o psicólogo escolar precisa ter como objetivo encorajar os professores a desenvolverem um papel mais ativo no processo educacional, estimulando-os a um pensamento crítico para uma melhor compreensão de sua atuação profissional. As autoras ainda afirmam que a prática crítica colabora para que haja diálogo e criatividade, desmistificando estigmas existentes nas relações pedagógicas.

Finalmente, considerando as definições de Barbosa e Souza (2012)¹¹ sobre a Psicologia Educacional, entendida no âmbito da teorização e das pesquisas educacionais, bem como sobre a Psicologia Escolar, tida como a própria prática realizada no contexto da escola, os autores consideram que o trabalho do psicólogo escolar deve ser embasado dentro de uma perspectiva que busca novas formas de pesquisa, produção de conhecimentos e atuação, entrelaçando as dimensões teóricas e práticas com o compromisso ético-político em relação às questões educacionais, escolares e seu aperfeiçoamento. Frente a isso, a próxima seção apresentará algumas dessas formas de atuação do psicólogo no âmbito escolar, tendo em vista a demanda crescente por profissionais da Psicologia nesse contexto.

Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar

Martinez (2010)³ destaca que a atuação do psicólogo escolar frequentemente está relacionada ao diagnóstico e ao atendimento de crianças com dificuldades emocionais ou de comportamento, como também à orientação aos pais e professores sobre as melhores formas de trabalharem com os alunos que apresentam estes tipos de problemas. Afirma que estas definições se devem ao modelo clínico-terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil, porém, destaca outra maneira de se fazer Psicologia nesse âmbito:

[...] o psicólogo escolar é um profissional que utiliza os conhecimentos produzidos sobre o funcionamento psicológico humano para colaborar com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que têm lugar no contexto escolar, tendo em conta a complexa teia de elementos e dimensões que nos caracterizam e que, de alguma forma, nos determinam³.

A partir desta definição, a autora considera que as funções deste profissional são diversas e, por mais abrangentes e complexas que sejam, devem focar mais nos aspectos pedagógicos do que nos aspectos clínicos, visando mudanças qualitativas no processo de ensino-aprendizagem, não o diagnóstico de doenças ou transtornos. Com efeito, Souza (2010)¹² afirma que a

atuação do psicólogo na educação, considerando as políticas públicas, deve ser pautada no compromisso com a luta por uma escola democrática e de qualidade, para garantir os direitos de cidadãos aos alunos e profissionais que nela se situam: “[...] esse compromisso é político e envolve a construção de uma escola participativa, que possa se apropriar dos conflitos nela existentes e romper com a produção do fracasso escolar”¹².

Nesse sentido, Martinez (2010)³ aponta diversas formas de atuação do psicólogo escolar, dentre elas, fazendo uso de avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares, podendo utilizar diversos instrumentos de investigação, como observação de alunos no cotidiano escolar e suas relações, jogos e outras situações que auxiliem a superação do caráter estigmatizador do diagnóstico, o qual dificulta a superação das dificuldades identificadas.

Com isso, diante da necessidade de avaliação de um aluno frente às suas dificuldades no processo de escolarização, o psicólogo deve trabalhar com o estudante prospectivamente, considerando suas capacidades de desenvolvimento, não se restringindo somente às suas dificuldades¹³.

Além disso, Martinez (2010)³ sustenta que a orientação a alunos e pais é uma forma de atuação válida para o profissional da Psicologia, porém, diferentemente do que se realiza em psicoterapia, o psicólogo escolar deve abordar a orientação às necessidades específicas do desenvolvimento do aluno, o que pode ser realizado juntamente com outros profissionais, objetivando o bem-estar emocional e o desenvolvimento de recursos psicológicos, atrelados às propostas da escola, sobre a educação do aluno.

O autor ainda aponta que a orientação sexual aos alunos deve ser função do psicólogo na escola, de forma a enfatizar as informações sobre a sexualidade humana, os sentimentos afetivos nela envolvidos e os cuidados a serem considerados, contribuindo para o desenvolvimento subjetivo que favoreça comportamentos responsáveis e positivos para os envolvidos.

Já no que se refere ao enfoque da educação inclusiva, o Conselho Federal de Psicologia (2013)¹³ sugere um trabalho do psicólogo voltado à temática do preconceito e à promoção de discussões coletivas sobre o processo de inclusão escolar, sobretudo, fomentando uma reflexão em conjunto com a comunidade escolar sobre as barreiras atitudinais e arquitetônicas presente na instituição e suas formas de enfrentamento, para que o estudante com deficiência se sinta parte integrante da escola regular e consiga desenvolver potencialidades que o auxiliem na superação de suas dificuldades:

[...] dessa forma, em seu trabalho, a(o) psicóloga(o) focalizará a força que esse estudante possui para criar condições para o enfrentamento de sua deficiência e expansão de seus limites, que tem como objetivo buscar uma posição social mais valorizada pela sua comu-

nidade¹³.

Da mesma maneira, Souza (2010)¹² afirma que é necessário que o psicólogo escolar propicie um espaço para a circulação da palavra ou da expressão dos significados que os alunos possuem a respeito de seu lugar na escola, assim como das dificuldades enfrentadas no processo de escolarização, sendo possível esta intervenção através de encontros grupais, valorizando as ideias e produções dos alunos.

Junto aos pais, familiares ou responsáveis, o psicólogo escolar pode realizar trabalhos que visem à reflexão sobre o papel social da escola e da família, assim como também sobre as problemáticas que afetam a vida dos pais e filhos. Desta forma, discussões coletivas podem favorecer ideias e ações que contribuam para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem¹³.

Segundo Lima (2005)⁶ o psicólogo escolar pode criar espaços de reflexões com todos os grupos que fazem parte da escola, famílias, alunos, professores, pedagogos, funcionários e comunidade, reconhecendo a realidade escolar como um todo, se apropriando de conhecimentos que façam parte das preocupações dos envolvidos, como também realizando parcerias com outros profissionais que têm a educação como foco de atenção.

No que tange especificamente aos professores, Souza (2010)¹² os destaca como atores importantes a serem considerados no trabalho do psicólogo escolar, que deve propiciar reflexões sobre a prática docente e também sobre os fatores que levam ao fracasso escolar, ressaltando a necessidade de análise sobre o impacto das políticas públicas atuais na prática educativa.

Dentro de uma proposta pedagógica constituída como uma ferramenta útil para a escola e que visa um coerente trabalho educativo, o psicólogo pode auxiliar a equipe escolar através de sua integração, isto é, na definição coletiva de suas funções, favorecendo diálogos para a resolução de conflitos e considerando as diversas dificuldades encontradas em seu trabalho, implicadas por pontos de vista diferentes³.

Por fim, tendo em vista que o sucesso de qualquer instituição ocorre pelo esforço da equipe de trabalho, fica claro que o psicólogo no contexto escolar pode aprimorar o trabalho em equipe para que atinja seus objetivos. É nesse sentido que Martinez (2010)³, considerando a complexidade dos processos educativos, propõe que o psicólogo deva se utilizar de estratégias e técnicas para o desenvolvimento das equipes, começando pela equipe de direção até atingir outros grupos possíveis, visando temas psicológicos que se façam importantes no trabalho educativo, como também no desenvolvimento de habilidades e competências da própria equipe pedagógica.

Dessa forma, é essencial que o psicólogo se preocupe em assumir um compromisso teórico e prático com as questões da escola:

[...] é fundamental que os psicólogos que atuam

diretamente na instituição escolar preocupem-se com a melhoria das práticas pedagógicas, garantindo que a escola se utilize dos conhecimentos psicológicos na elaboração de suas propostas de trabalho, visando a atingir o objetivo primeiro da educação: a humanização⁶.

Portanto, levando em conta a necessidade de um desenvolvimento satisfatório no processo de ensino-aprendizagem no Brasil, é importante que se continue a buscar novas e melhores possibilidades de atuação do psicólogo escolar, como forma de contribuir, através de conteúdos teóricos e práticos da Psicologia, para uma educação de qualidade.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, percebe-se o amplo campo da Psicologia Escolar, para o qual psicólogo pode contribuir com suas ações e conhecimentos, considerando as demandas do contexto escolar e as diversas possibilidades de atuação. A realidade educacional se evidencia como uma grande área para as práticas psicológicas. No entanto, cabe salientar que todo trabalho a ser desenvolvido neste campo deve contribuir com a formação qualitativa dos educandos. Assim, o psicólogo precisa ser o profissional que venha agregar valores, atuando como um agente auxiliar na construção do saber científico, incitando dúvidas e reflexões sobre o fazer pedagógico. Além disso, segundo o CFP (2013)¹³, o psicólogo deve valorizar e potencializar a construção de saberes nos diferentes espaços educacionais, considerando a diversidade cultural existente em cada instituição e a necessidade de subsidiar a sua própria prática profissional por meio de conhecimentos produzidos nesse âmbito.

Dessa forma, se considera que o psicólogo escolar deve repensar a sua prática, observando as questões sociais e históricas acerca da Educação para não se utilizar de mecanismos de naturalização das problemáticas escolares, justificados a partir de fenômenos psicológicos dentre outros, tomados de forma organicista e individualizante. Com efeito, o modelo clínico de intervenção deve ser substituído por um modelo mais crítico de atuação, contemplando a totalidade das questões que envolvem a comunidade escolar.

Para Antunes (2008)⁴, a ação do psicólogo escolar deve estar pautada em um referencial teórico da Psicologia necessário à educação, mediado por conhecimentos próprios do campo educativo e das áreas de conhecimento relacionadas, daí a necessidade de superação das práticas tradicionais do psicólogo escolar, muitas vezes pautadas ainda numa perspectiva nem sempre consciente ou assumida de ação clínico-terapêutica.

Cabe também ao psicólogo avançar profissionalmente, estando à altura das situações concretas apresentadas pela escola, propondo formas criativas, direções e estratégias de trabalho que concorram para uma contri-

buição real de seu trabalho em tal âmbito³. Sob esta ótica, o psicólogo escolar precisa ser capaz de se adaptar ao ambiente no qual se inclui como profissional, reconhecendo seu espaço de atuação e se apropriando de técnicas adequadas para este local, entendendo tanto as especificidades da escola como também as de todos os envolvidos neste contexto. Para tanto, Martinez (2009)⁸ afirma que sem um compromisso pessoal com a mudança, com a criatividade e com a inovação, o compromisso da Psicologia com a Educação brasileira pode constituir apenas mais uma ilusão.

Portanto, conclui-se que é fundamental a intervenção do psicólogo na Educação com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento dessa área, colaborando no processo de formação dos alunos e na atuação dos professores, pedagogos, equipe, enfim, contribuindo positiva e qualitativamente no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Souza (2010)¹², nesse trajeto, o psicólogo escolar deve considerar o trabalho participativo, a demanda escolar como ponto de partida para uma ação na escola, o fortalecimento do trabalho do professor e a circulação da palavra, isto é, criando espaços de diálogo e reflexão a fim de contribuir para a construção de uma escola mais democrática.

No entanto, mudanças efetivas só serão percebidas quando houver o envolvimento do psicólogo em questões concretas da educação e da prática pedagógica, para além das questões clínicas, sendo necessário superar o preconceito de “não querer ser o pedagogo”, ou seja, atuando em parceria e com o mesmo objeto destes profissionais – o processo educativo –, bem como se reconhecendo como portador de um conhecimento que deve ser socializado com professores e demais profissionais dessa área⁴. A partir disso, se reconhece a necessidade de um trabalho interdisciplinar, tendo como foco a escola e as relações que aí se estabelecem.

Por fim, as diversas demandas de trabalho e as possibilidades de atuação do psicólogo, por si só já são demonstrativos da importância deste profissional no ambiente escolar, de modo que mais pesquisas devem ser feitas no sentido de contribuir para a consolidação de um conjunto de conhecimentos a serviço da melhoria da qualidade da escola no Brasil, instigando práticas mais consistentes e uma compreensão mais efetiva acerca de tal temática.

REFERÊNCIAS

- [1] Piletti N, Rossato SM. Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto. 2011.
- [2] Saviani D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 9ª Ed. Campinas: Autores Associados. 2005.
- [3] Martinez AM. O que pode fazer o psicólogo na escola? Revista: Em Aberto, DF. 2010; 23(83):39-56. Disponível em:

- http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIG_O_quepodefazer.pdf, acesso em 05 de Junho de 2014.
- [4] Antunes MAM. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. 2008; 12(2):469-75. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a20.pdf>, acesso em 07 de Agosto de 2015.
- [5] Cunha BBB, Yazlle EG, Souza M, Salotti M. Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias. São Paulo: Arte & Ciência. 1997.
- [6] Lima AOMNL. Breve Histórico da Psicologia Escolar no Brasil. Psicologia Argumento, PR. 2005; 23(42):17-23. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=173&dd99=view&dd98=pb>, acesso em 08 de Agosto de 2015.
- [7] Pato MHS. A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada? Projeto IPÊ. P.13-21. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 1985.
- [8] Martinez AM. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, DF. 2009; 13(1):169-77. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v13n1/v13n1a20.pdf>, acesso em 02 de Setembro de 2014.
- [9] Vokoy T, Pedroza RLS. Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. Psicologia Escolar e Educacional, DF. 2005; 9(1):95-104. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n3/artigos/pdf/v9n3a07.pdf>, acesso em 25 de Abril de 2014.
- [10] Oliveira CBE, Araújo CMM. Psicologia Escolar: cenários atuais. Estudos e pesquisas em Psicologia, RJ. 2009; 9(3):648-63. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n3/artigos/pdf/v9n3a07.pdf>, acesso em 26 de Abril de 2014.
- [11] Barbosa DR, Souza MPR. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. 2012; 16(1):163-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>, acesso em 20 de Maio de 2015.
- [12] Souza MPR. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. Em aberto, Brasília. 2010; 23(83):129-49. Disponível em:
- [13] <http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/SOUZA-M.P.R.-Psicologia-Escolar-e-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-em-Educa%C3%A7%C3%A3o-desafios-contempor%C3%A2neos.pdf>, acesso em 10 de julho de 2015.
- [14] Conselho Federal de Psicologia (ORG). Referências técnicas para a atuação de psicólogos (os) na Educação Básica. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP. 2013.
- [15] Gil AC. Como elaborar métodos de pesquisa. 4º Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2002.
- [16] Martins J, Bicudo MA. A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes. 1989.